**A IMPORTANCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESATÃO PUBLICA**

 ***Maria Aparecida Dantas Morais***

***Maio 2017***

**Resumo**

O presente artigo tem como finalidade discorrer um pouco sobre a importância da participação social na gestão publica. Tendo em vista que se busca cada vez mais uma gestão voltada para as necessidades locais. Haja vista que é através da participação dos cidadãos e suas opiniões nos conselhos e fóruns que se fortalece as politicas publicas tanto no âmbito politico econômico e social .Seguindo assim a construção de uma politica voltada para a gestão participativa. É a partir da participação que evidenciamos um conjunto de elementos que compõem um cenário propicio para a construção de uma gestão democrática dando veracidade as crenças e valores sociais de um povo, instrumentalizando-se para atingir o as mudanças no campo das politicas publicas, e o exercício da cidadania. O ato de participar, em si, revela a necessidade de compartilhamento para o alcance de metas e objetivos que seriam muito mais difíceis de serem alcançados se buscados individualmente. Daí a idéia de que os cidadãos devem ser os atores de seu próprio destino.

Palavras chaves- **Participação gestão publica cidadãos.**

**Introdução**

 A gestão pública ao longo dos anos tem passado por um processo de muitas mudanças, mais também tem mostrado o grau de complexidade da sociedade hoje, sobretudo em suas inter-relações, não permite aos Estados o cumprimento de seus papéis tradicionais, tal como foram formulados historicamente. Assim a imperfeição nos impõe tarefas que podem ser transformadoras diante desse desafiador momento na gestão publica.

 As sociedades, ao abordarem a crítica aos modelos e formas postas dentro e fora do bojo organizacional transbordam, de fato, uma preocupação a toda esta diversidade, onde se apresenta uma crise de modelos que traz *a priori* a perspectiva de um processo de construção de um anova forma de participar e contribuir com a gestão publica não de maneira pontual mais sim na discussão e na elaboração de uma nova pratica com o objetivo de se desenhar as possíveis soluções a serem adotadas na busca da construção do desenvolvimento social econômico e politico.

 Dentre outras tarefas e funções, compete ao Estado induzir o processo de desenvolvimento por meio do dialogo de maneira processual para que possa se dar a construção de espaços de relacionamento entre o poder público e os cidadãos. Impõe-se, portanto, o diálogo público de fato, verdadeiro e profundo, travado na esfera pública entre os estados, entre o terceiro setor e o setor público, entre o setor privado tradicional produtivo e o setor público, entre o setor privado e o terceiro setor, fazendo-se com que a transparência seja um meio de mostrar a real situação das politicas publicas em prol da sociedade.

 O fato mais importante é destacar aqui “a quem cabe construir” e não “o que construiremos no lugar”. Garantir a efetiva participação dos atores nos espaços públicos, de forma que possam trazer a publico quais os verdadeiros anseios necessidades da sociedade, que não dar mais viver uma politica assistencialista, Melhorar a mecânica de funcionamento de uma organização não é suficiente para que ela produza bons resultados. Primeiro, é preciso pensar que resultados sequer, como fruto do funcionamento dessa organização, que é o Estado - nas esferas, Federal, estadual e municipal, para depois definir que mecanismos internos devem ser transformados.

 **Desenvolvimento**

 A participação social visa implantar novos modelos gerenciais que devem ser respaldado na qualidade bem como na transparência e na efetiva participação social, é elevar os níveis gerenciais nas esferas federal, estadual e municipal não é apenas reforma. É mais do que isso: é transformação. Trata-se de trocar o paradigma da qualidade gerencial que existe hoje pelo modelo que vai permitir à organização avançar e desempenhar os papéis que lhe competem dentro de um processo bem mais abrangente.

 Para tanto, é preciso, então, resgatar o papel essencial do Estado como indutor do desenvolvimento, com um projeto para voltado para as necessidades dos cidadãos, seja no local ou na região. Haja vista que as transformações hoje em dia não são feitas exclusivamente em nível governamental, nem de maneira isolada por instituições nos diversos setores (privado, público, não estatal etc.), as mudanças e as informações são repassadas em tempo real, aumentando cada vez mais a necessidade da participação na construção de um desenvolvimento mais justo e igualitário, vale salientar também é papel do Estado fazer fluir não só o diálogo de encontro, mas a construção efetiva de alianças parcerias para construção de um modelo gerencial eficaz.

 Porém a idéia da informação como instrumento de decisão não é nova. Muito menos novidade que a mudança de padrão gerencial, a transparência e a melhoria do diálogo público não se viabilizam sem um amplo processo de informações. É preciso saber o que está acontecendo para poder prestar contas. Saber o que está acontecendo pressupõe atuar sobre os fatos e, com muita agilidade, fazer ajustes de percurso. Assim, economizam-se tempo e recurso financeiro, não se perdem sinergia nem motivação e dá-se credibilidade à ação pública – tudo vinculado à questão da informação.

 Sabe- se que a forma mais difundida de participação social na gestão pública brasileira se dar através dos fóruns e conselhos gestores das politicas publicas bem como os conselhos de direitos, estes de natureza fiscal propositiva e consultiva este instrumento é fundamental para viabilizar a participação da sociedade.

 Portanto, a participação social no processo da gestão pública parte dos interesses coletivos passa a significar também participar do governo da sociedade, disputar espaços de definição e gestão das políticas públicas, propor questionar o monopólio do Estado como gestor da coisa pública, construir espaços públicos, afirmando a importância do controle social sobre o Estado, pela gestão participativa, a co-gestão, e a interface entre o Estado e a sociedade (DAGNINO, 1994). Por isso que participação significa, segundo Teixeira (2001, p. 27),

“fazer parte’, ‘tomar parte’, ‘ser parte’ de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir ‘a parte’ implica pensar o todo a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder.

 Assim, a gestão toma por objeto o trabalho humano e lida com uma multiplicidade e diversidade de interesses que nele se atravessam .

**Considerações finais**

 Assim concluímos que a finalidade deste artigo não é separar uma interpretação ou intensão da outra, mas unir ambas, procurando contribuir para uma maior compreensão do processo de ampliação da participação da população nos assuntos públicos para uma melhor gestão pública. Ainda se faz necessário criar condições favoráveis para uma inserção progressiva dos setores mais modernos e dinâmicos da economia e procurar medidas e políticas eficientes para solucionar crescentes problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam os setores da sociedade como um todo.

 Nessa perspectiva a maioria das organizações ainda necessitam aprimorar suas formas de observação contextual e superar desafios estratégicos capaz de alcançar uma nova forma de agir com a coisa pública , tais como a quebra de antigos paradigmas tradicionais, a verticalização da estrutura organizacional, a exclusão digital, a cultura introspectiva e exclusiva que sufoca a participação das pessoas em processos decisórios e transformacionais e, sobretudo, superar o medo do novo.

 Assim podemos dizer que a coragem humana passa a ser umas das atitudes necessárias para a participação nos espações de gestão pública, sabemos também que não é fácil obter os espaços mais com coragem e atitude conquista-se os espaços sonhados e na busca do empoderamento social e político.

**Referenciais**

CARVALHO, M. Carmo A. A**. A participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Pólis, 1998.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: \_\_\_\_\_\_ (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LOIOLA E; MOURA, S. (1997). Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In T. Fischer (Org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais (pp. 53-68). Rio de Janeiro: FGV

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.